



DAS INSURGÊNCIAS E DESLOCAMENTOS INTELECTUAIS NEGROS E NEGRAS: MOVIMENTOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, SÉCULO XX E XXI

Claudia Miranda¹

Resumo: A pergunta que gera esse artigo é sobre os enfrentamentos assumidos pelo Movimento Negro do Brasil e os avanços alcançados pelos coletivos de intelectuais-militantes no início do século XXI. O ponto de partida é que a universidade tem sido um espaço de referência para disputar sentidos outros de projeto de país, de proposições que visam a conformação de um outro *locus* pautado na interculturalidade experimentada nas lutas das suas bases sociais mas que desaguam nos espaços de legitimação de saberes e conhecimentos fundamentais para a sua agenda. Com a teorização ativista (Hooks) entendo o deslocamento e sua insurgência indo além de uma pauta antirracista já que a presença afrodescendente é incômoda ao ponto de desestabilizar o *status quo* universitário e promover exemplaridade em termos de justiça social.

Palavras-chave: movimento negro; projeto de país; universidades públicas; insurgência.

OF INSURGENCES AND BLACK AND BLACK INTELLECTUAL DISPLACEMENTS: SOCIAL MOVEMENTS, UNIVERSITY AND SOCIAL THOUGHT BRAZILIAN, CENTURY XX AND XXI

Abstract: The question that generates this article is about the confrontations assumed by the Black Movement of Brazil and the advances reached by the groups of intellectuals-militants in the beginning of the 21st century. The starting point is that the university has been a space of reference to dispute other meanings of a country project, of propositions that aim at the conformation of another locus based on the interculturality experienced in the struggles of its social bases but which flow into the spaces of legitimation knowledge and knowledge essential to your agenda. With activist theorization (Hooks) I understand displacement and its insurgency going beyond an anti-racist agenda since the Afro-descendant presence is uncomfortable to the point of destabilizing the university status quo and promoting exemplarity in terms of social justice.

Key-words: black movement; country project; public universities; insurgency.

DES INSURGENCES ET DES DÉPLACEMENTS INTELLECTUELS NOIR ET NOIR: MOUVEMENTS SOCIAUX, UNIVERSITÉ ET PENSÉE SOCIALE BRÉSILIENNE, SIÈCLE XX ET XXI

Résumé: La question qui génère cet article concerne les affrontements assumés par le Mouvement Noir du Brésil et les progrès réalisés par les groupes d'intellectuels-militants au début du 21ème siècle. Le point de départ est que l'université a été un espace de référence pour contester d'autres significations d'un projet pays, de propositions qui visent à la conformation d'un autre locus basé sur l'interculturalité vécue dans les lutas de ses bases sociales mais qui coulent dans les espaces de légitimation connaissances et connaissances essentielles à votre agenda. Avec la théorie activiste (Hooks), je comprends que le déplacement et son insurrection vont au-delà d'un agenda

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIRIO e líder do grupo de pesquisa Formação de professores, Pedagogias Decoloniais, currículo e interculturalidade: agendas emergentes na escola e na universidade. *E-mail:* mirandaunirio@gmail.com

antirraciste puisque la présence afro-descendante est inconfortable au point de déstabiliser le statu quo universitaire et de promouvoir l'exemplarité en termes de justice sociale.

Mots-clés: mouvement noir; projet de pays; universités publiques insurrection.

DE LAS INSURGENCIAS Y DESPLAZAMIENTOS INTELECTUALES NEGROS Y NEGRAS: MOVIMIENTOS SOCIALES, UNIVERSIDAD Y PENSAMIENTO SOCIAL BRASILEÑO, SIGLO XX Y XXI

Resumen: La pregunta que genera este artículo es sobre los embates asumidos por el Movimiento Negro de Brasil e los avances alcanzados por los colectivos de intelectuales-militantes en el inicio del siglo XXI. El punto de partida es que la universidad ha sido un espacio de referencia para disputar sentidos otros de proyectos de país, de proposiciones que visan la conformación de un otro lócus basado em la interculturalidad vivida em las luchas de sus bases sociales pero que culminan em los espacios de legitimación de saberes y conocimientos fundamentales para su agenda. Com a teorización activista (Hooks) entiendo el deslocamento y su insurgencia más allá e la apuesta antirracista ya que la presencia afrodescendiente es incómoda al punto de desestabilizar al status quo universitário y promover ejemplaridad em términos de justicia social.

Palabras-clave: movimiento negro; proyecto de país; universidades públicas; insurgencia.

A tentativa de reinterpretar um contexto entrelaçado pelas formas estabelecidas de explicação, sobre lugares fixos, para distintos grupos que coexistem, não é algo isolado e muito menos uma novidade. Causa estranheza que o campo de pesquisa sobre relações raciais no Brasil, não tenha privilegiado a problematização das identidades brancas e dos processos de manutenção dos benefícios para os grupos euro descendentes. Refiro-me aos lugares de prestígio incluindo as esferas onde se desenvolve ciência e, portanto, onde os conhecimentos se tornam “referências” e conseqüentemente, são legitimados socialmente. Importante compreender tais desdobramentos considerando a invenção das supremacias ideológicas advindas desse modo de forjar as distinções mencionadas por Pierre Bourdieu (2007) em seu estudo sobre classes sociais. Nessa concepção - mas dando ênfase para as especificidades do racismo que nos atravessa-as políticas de branquidade são camufladas e a identidade branca inquestionada pela sua invisibilização.

Acompanhando o percurso de Sueli Carneiro e as parcerias feitas no âmbito do Geledés - Instituto da Mulher Negra, destacaria o importante trabalho desenvolvido e os modos de insurgir que a autora aponta em seu texto “Estratégias legais para promover justiça social” (2000). Deu centralidade ao trabalho de acompanhar e apoiar vítimas de práticas racistas e excludentes e discorreu sobre como se produziu uma tecnologia de defesa e de atendimento psicológico, inclusive, para as populações atendidas no instituto, juntamente com outras instâncias públicas e privadas. Após 18 anos de sua análise, temos notícias de alguns esforços importantes visando a denúncia de um problema que gerou (e

gera) doenças sociais agudas. Trata-se do empobrecimento e da violência contra os segmentos racializados, grupos sociais deixados à margem pelo “não pertencimento racial branco”. Em outros termos, África e afrodescendentes foram transformados, respectivamente, em “não *locus*” e em “não brancos”. Com essa invenção de um tipo de diferença e, posteriormente, “defeito”, os processos de colonização e de escravização, produziram um discurso profícuo de não humanidade das/os representadas/os como “o outro” desse modelo de dominação. Carneiro (2000, p.322) aponta que “as organizações do movimento social vêm colocando para a sociedade e levando para o Poder Judiciário os grandes temas políticos: a questão ambiental, a questão da violência contra a mulher, a questão da desigualdade, a questão do racismo”. Em outros termos, a história de resistência e de ressignificação das relações sociais será conhecida a partir da inclusão do legado dessas instituições e das frentes negras organizadas em regiões distintas.

Arturo Escobar (2007, p. 378) considera urgente compreendermos a forma em que se criou o “Terceiro Mundo”, um intento possível via os discursos e as práticas do chamado “desenvolvimento”. Das diferentes dimensões que o autor relata, estão as lutas nas bases:

Grupos populares de muchas partes del Tercer Mundo parecen ser cada vez más conscientes de estos dilemas. Atrapados entre las estrategias convencionales de desarrollo que se niegan a morir, y la apertura de espacios en los albores del capital ecológico y de los discursos de pluralismo cultural, biodiversidad y etnicidad, algunos de ellos responden tratando de crear visiones novedosas de sí mismos y de su mundo circundante. Urgidos por la necesidad de presentar alternativas –a menos que sean devorados por una nueva ronda de desarrollo convencional, avaricia capitalista y violencia – sus estrategias de organización comienzan a girar más y más en torno a dos principios: la defensa de la diferencia cultural, como fuerza transformadora y transformada, no estática, y la valoración de necesidades y oportunidades económicas en términos que no sean solamente los de la ganancia y el mercado.

Importa acentuar como o deslocamento do Movimento Negro tem a ver com esse tipo de reconhecimento, da busca de valorização de necessidades e oportunidades econômicas. Nesse sentido, a fixação das populações da Diáspora Africana poderia ser cartografada por esses percursos onde não se concebeu maior acesso às estruturas das sociedades latino-americanas. Poderíamos começar tentando compreender o que significa



tornar-se racializada/o e como esse discurso de inferioridade das/os diaspóricas/os garantiu sua segregação.

Nesse artigo, o mote para uma discussão sobre os caminhos e descaminhos rumo à universidade, é a saga em curso, de um movimento insurgente que se desloca e que tem como objetivo disputar sentidos outros para o projeto de país tentando examinar em que medida esta guinada representa desestabilização das formas vigentes de produção do conhecimento. Segundo intelectuais negras/os² atuantes neste *deslocamento* - do lugar de subalternização -, a experiência afrodescendente no acontecimento acadêmico pode fazer emergir outras temáticas e novos interesses.

Destacaria, para a análise, aqui proposta, a tese de Bell Hooks (2013, p. 275) onde considera:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas, uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática de liberdade.

Cruzar fronteiras e transgredir. A travessia realizada por homens e mulheres do Movimento Negro definiram os resultados alcançados na atualidade e desaguardam, efetivamente, na abertura das portas das universidades públicas do Brasil. Foram esses os episódios mais profícuos - no século XXI - de uma caminhada coletiva e “sem garantias”. Um “viver aquilombados/as” e em conflitos permanentes frente ao desafio maior de “tornar-se negra/o” (Souza, 1983) em luta, em processos de disputas epistemológicas e em desvantagem em termos materiais, sobretudo. Ao discutir a construção da emocionalidade, Neusa Santos Souza abre o seu texto dando ênfase ao processo vivenciado na sociedade escravista onde o africano é transformado em escravo: “Na ordem social escravocrata, a representação do negro como socialmente inferior correspondia a uma situação de fato. Entretanto a desagregação desta ordem econômica e social e sua substituição pela sociedade capitalista tornou tal representação obsoleta” (Souza, 1983, p.20).

² Para esta análise inclui alguns achados do Caderno de Entrevistas (mimeo) com intelectuais Negras/os.

A pergunta possível de ser formulada, a partir dos enfrentamentos indispensáveis para se libertar das prisões da herança escravocrata, é sobre como as/os intelectuais-militantes-acadêmicas/os seguem enfrentando os obstáculos filosóficos e epistemológicos. Um ponto de convergência é que a universidade tem sido um espaço de sustentação para outro projeto de país, de proposições que visam a conformação de um *locus* pautado na interculturalidade experimentada nas lutas das suas bases sociais. Como parte do suposto acontecimento universitário (Thayer, 2002), a insurgência tende a revelar as possibilidades de atrito entre “estabelecidos” e “insurgentes” (Miranda, 2006).

A descolonização, já em outros termos, pode ser fomentada no âmbito da esfera acadêmica, pensando a partir da ética de Frantz Omar Fanon. Encara-se no interior das universidades um tipo de disputa por mobilidade de um grupo de forte expressão diaspórica, dentre os segmentos subalternizados. As relações entre o Movimento Negro e o Estado se deram de distintas formas em distintas gestões públicas. Não obstante, é indispensável entendermos algumas brechas encontradas para dialogar e intervir gerando políticas públicas e gerando acordos que permitiram o acesso de um maior percentual das populações negras aos bancos universitários, nas duas últimas décadas.

RUMO À UNIVERSIDADE: DESLOCAMENTOS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

No ano de 2000, a saga por espaço acadêmico e de proposição de outros conhecimentos e saberes, ganhou novos ares com a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN. Henrique Cunha Junior, ativista negro, professor da Universidade Federal do Ceará e pesquisador de duas áreas científicas diferentes – educação e engenharia elétrica – na mesma instituição, tem sido reconhecido como o grande proponente da ideia.

A pesquisadora Elielma Ayres Machado³ (2004), documentou e analisou as “Leis de Reserva de Vagas para Egressos da Escola Públicas e Cotas para Negros, Pardos e Carentes” (2000-2004) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Uma de suas conclusões foi de que sua tese era apenas o início do debate e enfatiza que “as proposições mais críticas em relação às cotas eram da Universidade de São Paulo e da

³ Professora adjunta da UERJ vinculada ao PROAFRO.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e dos dois grandes jornais dessas duas cidades (Machado, 2004, p.188). Sua pesquisa faz parte das listas onde se pode encontrar trabalhos de referência sobre a luta do Movimento Negro e suas formas de localizar as gretas para intervir e provocar incômodos indispensáveis.

Nesse mesmo ano, o lançamento da “Bibliografia Básica sobre Relações Raciais e Educação” (Miranda et al.,2004) fez parte dos esforços para engrossar as justificativas acerca das necessidades de uma agenda antirracista presentes nos debates dos inúmeros fóruns realizados sobre a implementação das leis de reserva de vagas bem como da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴.

Como estudante de doutorado em Educação (UERJ), trabalhei na Coordenação do Programa Políticas da Cor na Universidade Brasileira (PPCOR), um projeto dinamizado pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) e suas/suas colaboradoras/es. Pude organizar com esse coletivo, alguns dos tantos seminários voltados ao tema da democratização da universidade brasileira, e tive acesso, naquele então, aos principais proponentes envolvidos na denúncia dos efeitos das desigualdades raciais. Muitas dessas/es estudiosas/os já se localizavam na docência do ensino superior e, um outro grupo, produzia suas teses e/ou dissertações. A inserção na equipe de coordenação do programa garantiu o amadurecimento de questões-chaves para se entender a agenda de reivindicação do Movimento Negro e conhecer a performatividade de pesquisadoras/es e ativistas como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes, Marcelo Paixão, Maria Alice Rezende Gonçalves, Valter Roberto Silvério, Joaze Bernardino-Costa, Iolanda de Oliveira, Wilson Roberto de Mattos, Amauri Mendes Pereira, Elielma Ayres Machado, Carlos Alberto Medeiros, Dora Lúcia Bertúrio, Frei David Santos, Ubiratan Castro de Araújo, Henrique Cunha Junior, Ana Célia da Silva, Paulino Cardoso, Matilde Ribeiro, Moisés de Melo Santana, entre outras/os. O PPCOR gerou uma demanda possível de ser atendida graças a adesão desse coletivo de intelectuais e, um dos desafios relacionava-se com a atenção aos coletivos e associações localizados em localidades

⁴ Em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passou a vigorar acrescida de artigos que estabelecem a obrigatoriedade, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

distintas pelo país e que dependiam de apoio financeiro e pedagógico para desenvolverem suas iniciativas e experiências de fortalecimento comunitário.

Tive, com todas essas entradas, a compreensão do momento que vivia a UERJ - bem como outras Instituições do Ensino Superior (IES) -, o que favoreceu a realização da pesquisa de doutoramento intitulada “Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodescendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia” (2006). Trata-se de um estudo atravessado pelas análises de Frantz Omar Fanon com destaque para sua percepção do que nos sufoca: “O Negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas ele se fixou no centro de um universo de onde é preciso tirá-lo” (Fanon, 1962, p.13). Ao instituir coautoria com muitas/os das/os referidas/os pesquisadoras/es, fiz um mergulho na crítica pós-colonial iniciada por Fanon para entender as estratégias de descolonização do Movimento Negro.

Com Bell Hooks entendo que “não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir desse lugar” (2013, p.103) e não por isso deixou-se de aproveitar as brechas nos episódios aqui recuperados e que refletem a luta por ampliação das instituições públicas.

Importa destacar como a varredura feita, anteriormente, sobre o tema das desigualdades raciais - que sustentou o livro *Bibliografia Básica sobre Relações Raciais e Educação* -, foi reveladora por refletir as implicações dos/as estudiosos/as acima citados, em projetos sociais e políticos de distintas inclinações, mas estando todos voltados para a mobilidade sócio-educacional das populações negras.

A questão de estudo formulada para conhecer suas estratégias de “deslocamento intelectual-ativista” tinha a ver com as tensões presentes quando os sujeitos e sujeitas optam por assumir outras performatividades e se desafiam a produzir outros conhecimentos via a entrada nas IES. Entre as provocações geradas, está a ida de muitos/as desses/as intelectuais para o quadro de gestoras/es nas instâncias públicas.

O III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) foi palco das entrevistas que realizei e que sustentaram a tese defendida por mim no ano de 2006. O COPENE é um dos tentáculos da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN e deve ser entendido como um espaço que autoriza, que dá condição de negociar com uma série de outros grupos e instituições. Uma das conclusões obtidas, ao longo da

pesquisa⁵ é que está presente, no conjunto das narrativas produzidas, é uma visão de sociedade e de projeto de país, onde a universidade nos dá algumas das condições para formular políticas, para fazer pesquisa, para tentar entender os problemas das populações negras bem como problemas mais amplos da sociedade como um todo.

Sobre o modo de participar da esfera universitária, trata-se de uma experiência que se adquire para além dos espaços da IES e que se confunde com o fortalecimento do subalternizado no seu movimento de deslocamento socioeducativo. Favorece o acúmulo de capitais indispensáveis nessa estratégia de mobilidade (econômica, social, cultural e política). A universidade e, especialmente, a universidade pública é o caminho que a população negra encontra para exigir da sociedade, uma maior integração naquilo que seria a participação como ser pleno, atendendo a demanda por direitos de cidadania dentro da sociedade e em todas as áreas. Inicialmente, destacaria essas conformações como fruto das agendas presentes em todas as regiões do Brasil. São traços marcantes e que geraram novas demandas para sustentar os objetivos de ampliação das esferas do Estado brasileiro. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), recebeu, no ano de 2010, a VI edição do COPENE organizado sob o título “Afrodiáspora: saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais” e, tendo como presidente, a professora Doutora Magali Almeida⁶, à época, professora da Faculdade de Serviço Social. Conforme registro na página da ABPN, essa edição do Congresso contou com cerca de 2000 participantes estando nesse quantitativo, diretos/as de todas as Unidades da Federação e do exterior. Avalia-se, ainda, que “possibilitou um crescimento quantitativo e qualitativo da produção científica de pesquisadores/as negros/as e sobre populações negras, especialmente no Brasil”. Já estávamos vivenciando um outro fluxo de ideias e de demanda estando entre essas a consolidação do Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo.

Interessa, na recuperação desse percurso, analisar como é possível uma reinterpretção das formas tradicionais de produção de sentidos sobre a Diáspora Africana localizando os achados dos movimentos anti-discriminatórios e engajados numa

⁵ A pesquisa foi defendida no ano de 2006 no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (PROPed) e contou com a realização de 18 entrevistas com importantes intelectuais-ativistas situados em regiões distintas do Brasil.

⁶ Magali da Silva Almeida é uma das mais importantes intelectuais-ativistas do Movimento Negro do Rio de Janeiro com reconhecida participação nos processos de democratização dos espaços na UERJ onde promoveu, por vários anos, das décadas de 1990 e de 2000, eventos de afirmação identitária convidando diferentes lideranças e pesquisadoras/es para ações com o fim de promover extensão universitária. Além de profissional do Serviço Social, fez carreira docente chegando a se aposentar na referida universidade e, posteriormente, foi aprovada para o corpo docente da Universidade Federal da Bahia.



agenda que se aproxima quando a dimensão é o resgate da humanidade do Continente Africano e de sua diáspora. Essa perspectiva aponta a experiência brasileira como significativa para a composição de um quadro panorâmico acerca das formas de deslocamento de diferentes segmentos racializados na região da América Latina. Pode, ainda, revelar as formas “clandestinizadas” de atuação e favorecer novas incursões teórico-epistêmicas. No livro “Les han florecido nuevas estrellas al cielo: suficiencias íntimas y clandestinización del pensamiento afrocolombiano” (2016) Santiago Arboleda Quiñonez⁷ busca rever uma teorização negada no mundo acadêmico e na vida pública. Sua pesquisa revela um percurso que demandou “ativismo teórico” no sentido dado por Bell Hooks em “Ensinando a transgredir: a teoria como prática de liberdade” (2013, p.86). Para Hooks “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim”. Concordo que a vida forjada nas instituições negras favorece a adoção de táticas de sobrevivência e sacrifica, por outro lado, dimensões importantes da vida cotidiana de inúmeras/os agentes da transformação social. Como Bell Hooks (p.103), é preciso reconhecer esse processo e sob suas inspirações, também “sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestre e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas”.

As lideranças com as quais tive contato, ao longo dos últimos 20 anos, ratificaram as traduções para entendermos a proposição de identidades coletivas e engajadas na dinâmica organizacional em prol de um ideário antirracista. O deslocamento o qual me refiro, nas travessias mencionadas aqui, traz em si os reflexos da função da “teorização” indicada por Bell Hooks. Situar a experiência de identificação coletiva e recomposição epistêmica, realizada pelo “Movimento Negro em ascensão” (Miranda, 2006), passa a ser fundamental. Localizo, assim, um movimento anti-discriminatório, encharcado de um ativismo teórico, na perspectiva de Bell Hooks - um investimento que se desdobra na busca de outros sentidos para a produção interculturalidade no mundo acadêmico.

Em uma esfera onde a teorização sobre racismo *institucional*, tem sido alargada, enfrenta-se a negação de tal fenômeno, cotidianamente. A clandestinização das hipóteses

⁷ Pesquisador da Universidade Andina Simon Bolívar (Equador), doutor em História da América Latina.

e das teses sobre tal aspecto se relaciona com a ideia de que estamos fixados a partir de supremacias ideológicas, e se assim se concebe, a universidade não seria “para todas/os”.

OUTRAS RETÓRICAS PARA UMA PRODUÇÃO INTERCULTURAL DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

Em “A construção do legado: a negação de uma epistemologia filosófica africana Julvan Moreira e Sergio Luis do Nascimento (2016, p.189) entendem que arquétipos hegemônicos produzidos por discursos dos filósofos iluministas e de outros pensadores europeus, “ajustaram e modelaram o *status quo* da relação entre negros e brancos, seja no continente africano, seja com os africanos da diáspora. O projeto civilizador tem um forte traço iluminista, sendo a razão a sua glorificação”. O esforço dos autores é de pontuar o exercício já iniciado, por filósofas/os brasileiras/os, de fomentar uma “filosofia negro-africana”:

Reconhecemos que algumas marcas já começam a influenciar o desenvolvimento de se estudar e pesquisar filosofia africana no Brasil, reconhecendo a importância essencial que ela possui na nossa emancipação epistemológica. Esse diálogo entre a filosofia africana e a filosofia latino americana é necessário na perspectiva da compreensão do que foi o etnocentrismo colonial que estava fundado na mesma tradição de exclusão. Assim, procuramos realizar esse exercício de se refletir sobre a África no campo da filosofia, isto é, pensar como que a filosofia contribuiu para a experiência da colonização e apontar para a importância da filosofia africana no resgate da humanidade (Moreira & Nascimento, 2016, p.191).

Ao pensar com os autores, as narrativas subalternas são aqui entendidas como aquelas produzidas por intelectuais-ativistas em diferentes espaços de interlocução e têm levado em consideração os processos pelos quais nos constituímos observando as nossas autoimagens e as imagens construídas de nós. Ser representado como negro, no Brasil e em toda a Diáspora presente na América Latina, é experimentar a radicalização e, conseqüentemente, sofrer com a violência que esse fenômeno garante.

Em seu trabalho “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil”, Liv Solvi⁸ (2004, p 384), afirma que: “o interesse em analisar a branquidade não é de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há

⁸ Liv Solvi é professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora interessada nos estudos sobre mídia no Brasil e nos estudos culturais. Destaca-se seu trabalho de organização do livro *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* de Stuart Hall (2003).



tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem”. Sovik afirma, também que “o estudo da branquidade pode esclarecer as formas mais cordiais, menos explícitas do racismo brasileiro, as maneiras de suavizar os contornos de categorias raciais enquanto se mantêm as portas fechadas para afrodescendentes (Ibidem).

Reconhecendo a legitimidade deste debate, encontro eco no argumento da “ditadura racial branca” e, neste sentido, faz sentido supor que as “branquidades inquestionadas marcam esses contextos e têm orientado culturalmente as estruturas sociais bem como as formas de definição do conhecimento neles produzidas. Daí a necessidade de problematização da universidade como espaço público e tal crítica avançou pela agenda do Movimento Negro que se desloca rumo aos seus cursos e programas. Quando determinados grupos são representados pelas práticas discursivas que os hierarquizam, esta classificação antecipa a processo seguinte que é a perda do *status* de humano. Entendo que tais reflexos podem ser apreendidos quando examinamos a política carcerária brasileira, as lacunas deixadas pelo poder público diante das demandas por soluções humanitárias para as populações de favelas, mas acima de tudo, entendo que a narrativa dos grupos hegemônicos - apreendida nos veículos de comunicação sobre quem tem direito ao acesso e quem não tem mérito para tanto -, traduzem as políticas de branquidade interessadas na manutenção das melhores posições para grupos identificados com esse tipo de política e que estão desfrutando do bônus/capital de ser representado como euro descendente.

No deslocamento aqui tratado, entra em jogo uma visão mais abrangente entre produção do conhecimento e cultura. Podemos supor que as universidades públicas do Brasil, constituídas como esferas de prestígio, podem vir a fomentar a existência de uma outra perspectiva menos monolítica. Em “Inclusão étnica e racial no Brasil, a questão das cotas no ensino superior”, José Jorge de Carvalho (2005) afirma que as cotas ajudarão a instituir no Brasil um clima de real concorrência na academia e nas profissões. Para tanto, gestores e docentes universitários deverão aprender a ser “ativamente antirracistas”. Conforme seu entendimento:

Poderemos usar na pós-graduação a mesma ideia de um Plano de Metas que usamos na Proposta de Cotas para negros e índios na UnB. Podemos definir que, por 20 anos, a diversidade racial será um critério importante na avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Espera-se que esse fator seja incorporado à nossa cultura acadêmica de modo que daqui a alguns anos seja legítima a



pergunta: que sentido de excelência pode ter um programa de mestrado e doutorado que seja constituído exclusivamente de professores e alunos brancos, em um país que conta com 47% de negros e com centenas de sociedades indígenas? (Carvalho, 2005, p.175)

O aspecto interessante é poder examinar a situação de entrada do outro da colonização nesta esfera de formulação de teorias assumindo incômodos e desequilíbrios necessários, uma outra configuração mais legítima permitindo a coexistência de perspectivas com orientações distintas, porém, convergentes. A ideia de interculturalidade é garantida pelas proposições que tende, a entrar na universidade pela experiência e interesse dos afrodescendentes. A crítica que menciono, inicialmente, às formas vigentes de desautorização dos grupos racializados – dos afrodescendentes como o “outro colonial” – encontra repouso no argumento mais denso da agenda antirracista não apenas no Brasil.

Para Vera Candau (1998, p. 42), a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social e tentam promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Em sua atuação como intelectual voltada para a democratização das estruturas sociais, a autora tem se pronunciado e desenvolvido pesquisas pautadas nos estudos das relações de dominação de um grupo sobre o outro. O fato de sermos uma sociedade multicultural não tem garantido uma referência a uma educação intercultural. O que nos parece precário, pois conforme a autora, essa perspectiva em educação não pode ser dissociada da problemática social e política presente em cada contexto, uma vez que relações culturais e étnicas estão permeadas por relações de poder. As proposições aqui recuperadas estão sendo incorporadas por sustentar o entendimento das especificidades de uma outra educação que se delineia na crença das potencialidades diversas em um universo cultural que precisa de outras configurações epistêmicas e políticas.

Os estudos de Franz Omar Fanon (*Os Condenados da Terra*, 1979; *Peles Negras, Máscaras Brancas*, 1983) reflete parte de sua opção como revolucionário e figura conhecida mundialmente como um líder que optou pela teorização daquilo que vivenciou como revolucionário e, portanto, a partir de umas práxis adotadas para resistir a violência colonial no mundo. Ao pensar a questão da vida e da morte, que envolve os seres



humanos, seu projeto analítico visou recuperar a humanidade daqueles que foram “coisificados” e sua perspectiva incluiu uma questão antológica do colonialismo africano trabalhando com a ideia de uma violência radical que coloca as pessoas diante da possibilidade do aniquilamento total do humano. Em “Pele Negra Máscaras Brancas” a ideia de que, a alma negra é uma criação de brancos, ganha relevo para explicar o aprisionamento de ambos: os brancos pela sua “branquidade” e os negros acorrentados a sua “negrura”. Toda essa visão camoniana de mundo e dos efeitos da colonização, chegou ao Brasil pelas mãos do Movimento Negro e não pela via do mercado editorial ou pela promoção das Ciências Sociais.

Vincent Crapanzano (2001, p.446), antropólogo que discute os estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais, acredita que “para chegar à compreensão dos efeitos político e social de sistemas de classificação social, racial ou outros, qualquer estudo a esse respeito deve levar em conta a maneira como o sistema determina as manipulações e aplicações permissíveis de suas unidades”. Manipulações e aplicações permissíveis revelam a força dos modos de ordenamento nos quais somos representados. A saída para tal aprisionamento não é unívoca, mas pode encontrar contornos instigantes nos espaços acadêmicos. Quando um grupo social prevalece sobre outros, esta configuração faz emergir estratégias de constrangimento constante para os grupos em situação de desvantagem. Não obstante, as argumentações que defendem a compatibilidade nas formas de acesso à universidade pública estão endereçadas aos formuladores de políticas públicas para o ingresso no ensino superior e têm sido uma das bandeiras do MN.

Os resultados da pesquisa de Teixeira (2003) indicam a atualidade do crescente fosso que caracteriza a disparidade entre as formas de acesso aos bens culturais quando comparamos “afro” e “euro descendentes”. Tais indicações não têm impactado aos gestores de políticas educacionais para o ensino superior. São lutas que historicamente são rejeitadas pelas elites dominantes. De fato, parece ter sido a evolução do pensamento social o fator que menos contribuiu para subsidiar as políticas públicas de inclusão dos grupos postos à margem. Isso implica dizer que são forças contingenciais que conduzem a teoria do direito à busca de outras formas de compatibilização entre os direitos individuais.

Para analisar o caso do Brasil que sustenta 44% da população afrodescendente sem nível superior⁹, a tese defendida pelo MN de um espaço outro de produção de saberes.

A opção por este caminho é relevante quando examinamos o desenvolvimento da discussão sobre “branquidade” ocorrendo como parte dos estudos das relações raciais no Brasil e esse estágio do campo é parte dos investimentos epistêmicos do Movimento Negro insurgente, deslocado.

Conforme pontuei, inicialmente, branquidade, além de ser a condição das pessoas “brancas”, sua ideologia e a atitude preconceituosa de quem se acha superior por ser branco, tende a ser definida como uma espécie de “força política” visível acionada por alguns setores que, quando ameaçados pela provável desestabilização provocada pela insurgência de grupos historicamente subjugados nos espaços de domínio colonial, ativam as estratégias hegemônicas vigentes. Neste entendimento, inaugura-se uma nova fase na trajetória das pesquisas no campo já citado.

POR OUTRAS PRESENCAS E OUTRAS NARRATIVAS NA UNIVERSIDADE

A constatação da produção do racismo acadêmico, no sentido dado por José Jorge de Carvalho e Rita Segato (2002) nos leva a supor que a ação das/os insurgentes negras/os em um contexto guiado ainda por um paradigma branco europeu -, redimensionou políticas de branquidade acionadas como forma de rechaço ao resgate do *status* de humano dos que não são vistos como pares dos que neste espaço são as/os autorizadas/os. A presença afrodescendente nos cursos de graduação, mestrado e doutorado revelou proposições renovadoras para o mundo da pesquisa acadêmica. As reorientações são fatos.

Reconheço a universidade como *locus* privilegiado para a formação política indo além da formação acadêmica e entendendo que, em uma sociedade regida por um paradigma branco e colonial, e por isso avassaladoramente eurocêntrico, os que não são afetados pelo fenômeno da racialização – os supostos euro descendentes – têm mais chance de prosseguir em posições privilegiadas quando comparados aos afrodescendentes

⁹ Nos dados do IBGE e conforme o Censo do ano de 2000, apenas 2,1% entre os negros concluíram a faculdade, sendo assim, um quinto da taxa entre brancos que é de 10%. Entre os 300 mil (0,4%) que já concluíram mestrado ou doutorado apenas 1, 8% são negros enquanto 86,4% são brancos (Jornal O GLOBO, 3 de dezembro de 2003).



e de ocuparem os espaços de prestígio decidindo e desfrutando das políticas de acesso e das estratégias que inibem essa entrada.

Sabemos, conforme as pesquisas no campo da Sociologia das desigualdades no Brasil, que somos recordistas mundiais de injustiça social e que este fenômeno vem se ampliando e garantindo a pauperização dos segmentos racializados. Entre os principais determinantes da desigualdade está o componente “cor” e todos esses aspectos convergem para reduzir as possibilidades de escolarização de qualidade incluindo a esfera universitária. A luta pelo acesso se constitui como um embate político necessário para a incorporação de novos olhares sobre o que tem significado a perspectiva *monocultural* na produção de conhecimento. No que diz respeito aos determinantes das desigualdades raciais no ensino superior, a face ainda oculta deste fenômeno, pode ser analisada à luz das narrativas negras produzidas no interior das universidades, narrativas essas promoveram resgates, propostas engavetadas bem como inúmeros debates incluindo concepções diferenciadas sobre o que é legítimo e o que tem sido “legitimado” nos espaços de formulação epistêmica como é o caso das esferas de investigação científica.

Compreender a “perspectiva intercultural do MN” como uma busca de mediação é inadiável justamente porque parece não se tratar mais de uma sobrevivência física dos grupos marginalizados, mas sim de lutar pela possibilidade de coexistência no campo simbólico e no mundo da vida. Teorizar sobre uma dada cultura significa, sobretudo, preocupar-se com a garantia de espaços de pulsação para as/os desautorizadas/os e de diversidade cultural. Os diagnósticos emergentes sobre as doenças agudas que nos afetaram e ainda afetam, apontam para a obrigatoriedade de um projeto que diversifique todas as esferas de produção de saberes. A teorização sobre África e sobre a Diáspora Africana não é uma intenção, mas sim um dado concreto, um exercício de resgate de um projeto de país para todos os segmentos sociais.

Para pensar as agruras das populações negras, foi imperativo oxigenar as formulações sobre qual é o papel da universidade brasileira nesse esforço de emancipação coletiva. Assim, pode-se afirmar que a luta por dentro da universidade garantiu novos conceitos e novos olhares sobre o racismo à brasileira, sobre o racismo acadêmico e sobre a centralidade do *locus* de enunciação inventado nas organizações e coletivos do MN. A disputa em curso segue experimentando novas roupagens e novos adornos estéticos,



segue com novas cores e brilhos, apoiada no *ethos* de uma identidade diaspórica, sem dúvida.

Por tudo isso, a produção do conhecimento de toda a Diáspora Africana tende a refletir o legado que se fez presente e emerge, agora, pelo reconhecimento do seu vanguardismo nas formas de imprimir outras ferramentas de afirmação identitária. O tema do “Outro racializado” cresce e ganha volume a cada episódio de mobilização coletiva mundo a fora. Por isso, o contorno desta análise, sobre os caminhos que o MN percorre, está delineado por uma lógica da teorização ativista, por uma ética fanoniana e dependerá constantemente, das conversas intra-grupais para ascender as pistas desse “percurso aquilombado”, um modo outro de enfrentamento. São arqueologias que nos permitem teorizar e rememorar as formas de garantir outros sentidos de felicidade sem deixar de ter, ao nosso lado, as percepções de Bell Hooks sobre as práticas de liberdade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRITZMAN, Débora. A diferença em tom menor: algumas formulações da história, da memória e da comunidade. In: WARE, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Ferrão. *Cotidiano escolar e cultura (as) Reinventar a Escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover justiça social. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, José Jorge de & SEGATO, Rita Laura. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na universidade de Brasília*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia. Série Antropologia n. 314. 2002.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CRAPANZANO, Vicent. Estilos de Interpretação e a retórica de categorias raciais. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos. *Raça como Retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela, Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FANON, Franz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Paris, Ed. Seuil, 1983

_____. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belos Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Elielma Ayres. *Desigualdades raciais e ensino superior: um estudo sobre a introdução das “Leis de Reserva de Vagas para Egressos da Escola Públicas e Cotas para Negros, Pardos e Carentes” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)*. Tese, RJ: UERJ, 2017.

MIRANDA, Claudia. *Narrativas Subalternas e políticas de branquidade: o deslocamento de afrodescendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia*. (Tese). Rio de Janeiro, UERJ, 2006.

MIRANDA, Claudia [et. al.]. *Bibliografia Básica sobre relações raciais e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOREIRA, Julvan; NASCIMENTO, Sergio Luis do. A construção do legado: a negação de uma epistemologia filosófica africana. *Revista da ABPN*, 2016. *Revista da ABPN*, v. 8, n. 19, mar. 2016 jun. 2016, p. 177-194.

QUINONEZ, Santiago Arboleda. *Les han florecido nuevas estrellas al cielo: suficiencias íntimas y clandestinización del pensamiento afrocolombiano*. Cali: Poemia su casa Editorial, 2016.

RACHLEFF, Peter. “Branquidade”: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos In: WARE, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil*. In: WARE, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

THAYER, Willy. *A crise não moderna da universidade moderna*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na Universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

WARE, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Recebido em janeiro de 2018

Aprovado em março de 2018